

Submissão:
28/02/2022
Aceite:
10/07/2022

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROCESSO DE ASSESSORIA AO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SGDCA)

UNIVERSITY EXTENSION, PROFESSIONAL TRAINING AND ADVISORY PROCESS TO THE CHILD AND ADOLESCENT RIGHTS GUARANTEE SYSTEM (SGDCA)

Cleide Lavoratti¹  <https://orcid.org/0000-0001-5430-5958>

Resumo

O artigo tem por objetivo resgatar as contribuições históricas do Programa de Extensão: Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa tanto no processo de formação profissional de acadêmicos e docentes, como na assessoria aos municípios da Região dos Campos Gerais (PR). O NEPIA busca contribuir com o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescente, através de assessoria, cursos e eventos com vistas a formações continuadas de profissionais de diferentes políticas públicas, além de capacitar conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos. O texto foi construído através da pesquisa bibliográfica, com enfoque na relação entre extensão universitária e os processos de assessoria comunitária. Também se utilizou da pesquisa documental através dos relatórios dos projetos de extensão desenvolvidos ao longo dos 25 anos de existência do Núcleo, que trazem depoimentos sobre o impacto das ações extensionistas na região.

Palavras-chave: Extensão Universitária; assessoria; formação profissional; Sistema de Garantia de Direitos.

Abstract

The article aims to rescue the historical contributions of the Extension Program: Nucleus of Studies, Research, Extension and Advice on Childhood and Adolescence (NEPIA) of the State University of Ponta Grossa, both in the process of professional training of academics and teachers, as in the advisory municipalities in the Campos Gerais Region (PR). NEPIA seeks to contribute to the strengthening of the System for the Guarantee of the Rights of Children

Keywords: University Extension; advice; professional training; Rights Guarantee System.

¹Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, atua na Graduação de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Coordena o "Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência" - lavoratti@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Pensar a extensão universitária no momento em que ela completou 50 anos de existência na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é refletir sobre uma atividade que se confunde com nossa própria trajetória profissional. Uma atividade que nos enredou com várias instituições e pessoas desde 1992, quando ainda acadêmica do primeiro ano do curso de Serviço Social, nos inserimos no Projeto de Extensão “Implantação da Associação de Meninos e Meninas de Rua de Ponta Grossa – ASSOMA”¹.

Esse processo de enredamento e de construção de um espaço colaborativo comum, interdisciplinar e intersetorial, com uma diversidade de atores sociais propiciada pela experiência da extensão universitária – gestores, conselheiros, lideranças comunitárias, egressos do sistema penal e do sistema socioeducativo, profissionais do SGDCA - , dentre outros segmentos com os quais convivemos ao longo desses vinte e cinco anos de trabalho extensionista na UEPG. Essa trajetória nos trouxe contribuições significativas na forma como vivenciamos intensamente a atividade docente em todas as suas dimensões (no ensino, na pesquisa e na extensão). Na percepção do papel da Universidade Pública na formação de cidadãos críticos e comprometidos com as mudanças necessárias para fortalecer a democracia no país, consolidar o Estado Democrático de Direitos e para contribuir com a criação das condições necessárias para o exercício da cidadania, especialmente das populações mais vulneráveis que necessitam de políticas de proteção social.

Foram inúmeros os projetos de extensão dos quais participamos como aluna, supervisora, orientadora ou coordenadora, como o Pró-Egresso², Fóruns de Cidadania³, Programa de Desenvolvimento Global da Região Sul de Itaiacoca⁴, NEDDIJ⁵, NUMAPE⁶, entre outros.

Esse percurso acadêmico extensionista interdisciplinar nos marcou profundamente e contribuiu

¹ O referido projeto foi coordenado pela professora Luíza Bitencourt Krainski e tinha por objetivo estruturar o atendimento para adolescentes em situação de rua no município de Ponta Grossa, sendo a primeira instituição a trabalhar com as medidas socioeducativas, depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

² Projeto que iniciou em 1977 para atender egressos do sistema penal. Atualmente é conhecido como Programa Patronato e coordenado pelo Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN).

³ Projeto desenvolvido pelos cursos de Serviço Social e Jornalismo da UEPG e curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em financiado pela Fundação Ford. Tinha por objetivo estimular o debate democrático sobre questões políticas e de cidadania que afetava as populações de forma local e regional.

⁴ Projeto de Extensão interdisciplinar desenvolvido durante o período de 1996 a 2003 pelos Cursos de Serviço Social e Agronomia, que buscou atender 32 comunidades rurais do distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa - PR, com ações de assessoria a pequenos agricultores familiares, cooperativa de mulheres, grupos de jovens, estimulando alternativas de geração de renda através de hortas comunitárias e organização de associação de produtores rurais.

⁵ O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é um Projeto executado por equipe multidisciplinar, em parceria com outros entes públicos vinculados à área da infância e juventude que tem por objetivos prestar assistência social e jurídica a requerentes nos processos de guarda, tutela e adoção de crianças e adolescentes. Projeto financiado pela Superintendência de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), através da Unidade Gestora do Fundo Paraná.

⁶ O Núcleo Maria da Penha é financiado pela Superintendência de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), através da Unidade Gestora do Fundo Paraná e realiza atendimento as mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar. Composto por equipes de Serviço Social e Direito, trabalha de forma preventiva para a garantia dos direitos das mulheres, além de fortalecer rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Ponta Grossa.

para que nos envolvêssemos com atividades de assessoria demandada pela natureza da extensão universitária e pelos grupos comunitários, profissionais, conselhos e gestores das políticas públicas dos municípios do entorno da UEPG.

Em todos os projetos nos quais atuamos, seja na condição de acadêmica ou professora extensionista, a perspectiva relacional, dialógica, intersticial sempre se destacou na relação com a comunidade, com instituições de atendimento ou com os movimentos sociais. Mesmo dentro dos processos de assessoria que tinham por objetivo fortalecer os agentes que trabalhavam com demandas coletivas e com a formulação ou consolidação de políticas públicas, a relação afetiva e de cuidado estavam presentes, pois,

Não basta argumentar, é necessário cuidar da generosidade, da solidariedade, do contato, dos afetos... em definitivo, cuidar da vida como passo necessário para cuidarmos de nós mesmos. Porém, para dar esse passo, é preciso diluir as relações de poder que nos separam uns dos outros e, inclusive, nós de nós mesmos. Cuidarmos de nós mesmos pressupõe, assim, elaborar estratégias de identidade não absolutas, não fechadas aos problemas dos demais, isto é, estratégias que iniciam novos signos de identidade, lugares ou espaços de colaboração e questionamento, emergência de interstícios a partir dos quais possamos negociar nossas experiências intersubjetivas de pertencimento e de posição social. O “cuidado de si” conectado ao “cuidado dos outros” implica situar-se no limite, entendendo por tal não o lugar de onde o movimento se detém, mas sim o espaço de onde algo começa a se apresentar: a construção de uma nova forma intersticial, híbrida, articulada e comprometida de nos relacionarmos com todos. (HERRERA FLORES, 2009, p. 208)

Os momentos de assessoria se configuravam como encontros, que buscavam superar o distanciamento que se criou historicamente entre os produtores do saber considerado “legítimo”, os cientistas, os intelectuais e a população. Esta última considerada como “desprovida de conhecimento” e do direito de construir “verdades”, restrito à Ciência e aos seus porta-vozes.

Quando a ciência acredita ter encontrado a verdade, aí começa o horror. Essa verdade divide a humanidade em pelo menos dois grupos: os oniscientes e os não oniscientes. Como os primeiros são os únicos conhecedores da verdade, não têm outra solução que não dominar ou eliminar aqueles que não estão nela (...) A ciência, o pretendido conhecimento absoluto da verdade, separa os que acreditam ter chegado a ela daqueles que não provaram suas dádivas. (HERRERA FLORES, 2009, p. 183)

Grandes segmentos populacionais ainda se situam à margem do acesso ao conhecimento científico e as inovações tecnológicas, vivendo as mazelas cotidianas e buscando construir estratégias de sobrevivência e de trabalho, fora dos muros das Universidades e Institutos de Pesquisa.

Partindo desse contexto é essencial marcamos nosso posicionamento diante da concepção de extensão universitária que defendemos - aquela que produz conhecimento na relação com o outro e não para o outro - e que contribui tanto para a formação continuada de docentes, como de acadêmicos, profissionais e populações envolvidos, com esse processo de ensino-aprendizagem mediado pelos desafios do cotidiano. E é a partir dele que discutiremos uma das atividades que mais aproxima a Universidade dos grupos sociais e que, ao mesmo tempo possibilita o exercício de uma das competências do assistente social e, em muitos casos atribuição privativa: a assessoria através dos projetos de extensão desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) do Departamento de Serviço Social da UEPG.

Para atingir os objetivos propostos nesse artigo, partimos da pesquisa bibliográfica, a partir de autores do Serviço Social que discutem a relação entre extensão universitária e os processos de assessoria e consultoria, como Mattos (2009); Vasconcelos (1998) e Bravo e Matos (2010), dentre outros.

Também buscamos na pesquisa documental a partir dos relatórios dos projetos de extensão dos quais participamos, destacar os depoimentos de alunos e profissionais assessorados, bem como o relato dos impactos dos processos desencadeados pelo NEPIA na mobilização dos agentes do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD), foco principal das ações do Núcleo.

Procuramos organizar esse trabalho iniciando com alguns marcadores importantes para a reflexão que propomos. Primeiro a concepção de Universidade que defendemos. Uma Universidade plural, pública, gratuita e de qualidade. Uma Universidade que seja espaço de produção e socialização do conhecimento, que tenha como meta a formação profissional crítica, consciente das contradições do mundo em que vivemos e comprometida com as mudanças societárias necessárias para a construção de uma nova sociabilidade, mediada pela relação de cuidado com o outro, de solidariedade, de respeito à diversidade de expressão e de existências. Uma Universidade que se posicione favorável aos direitos humanos, da justiça social, que fortaleça a democracia e contribua com a consolidação da cidadania, colocando-se a serviço das populações mais vulneráveis e contribuindo com a diminuição do fosso das desigualdades sociais e econômicas que historicamente marcou a vida de milhões de pessoas no Brasil e na América Latina.

Nesse sentido é necessário também problematizar um debate conceitual sobre a Extensão Universitária à luz da legislação vigente e do acúmulo de produção teórica sobre a temática. Fortalecendo sempre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional.

Um outro marcador importante para a nossa reflexão é a concepção de formação profissional do Serviço Social, que, conforme a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), deve ser pautada em uma formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesse sentido, o assistente social, como profissional que vai atuar no enfrentamento das expressões da questão social através de uma prática investigativa/interventiva que contribua com a formulação e implementação de políticas públicas sociais. Além de sua inserção junto a organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que necessita de uma sólida formação intelectual que propicie a leitura crítica das contradições postas pela sociedade capitalista. Formação que possibilite diagnosticar, analisar e investigar os fenômenos sociais, mas também, se colocar de forma propositiva e criativa frente às demandas sociais, tendo como norte de sua prática profissional os princípios fundamentais do Projeto ético-político da profissão. E é no enfrentamento das expressões da questão social que a assessoria se coloca como uma das possibilidades de exercer as atribuições e competência do Serviço Social.

Portanto, nesse artigo buscamos relacionar as atividades de assessoria como uma das metodologias desenvolvidas pelo Serviço Social de uma universidade pública através de práticas extensionistas, para fortalecer as instituições democráticas e garantir os direitos humanos da população, especialmente dos segmentos mais vulnerabilizados.

A partir desses marcadores, iremos apresentar as experiências realizadas pelo Programa de Extensão: Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA), evidenciando a importância da atuação de docentes e acadêmicos na assessoria aos atores que compõem o SGD e que são responsáveis pela elaboração, monitoramento e controle social das políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes.

Ao mesmo tempo em que o artigo também discute a importância da extensão universitária para a formação de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescente e sinaliza de que forma os projetos desenvolvem habilidades e competências pela vivên-

cia concreta dos instrumentais técnico-operacionais, alicerçada no Projeto ético-político construído historicamente pelo Serviço Social, respaldados nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social indispensáveis para uma atuação crítica a partir da leitura dos complexos fenômenos da realidade social.

Por fim, o artigo, partindo de um dos princípios da extensão universitária não poderia deixar de dar voz aos sujeitos participantes desse processo histórico, sendo que, muitos que passaram pelo NEPIA como acadêmicos, hoje são docentes que atuam no Núcleo com a formação de novos profissionais, desencadeando um processo contínuo de formação profissional retroalimentado pelo compromisso de contribuir com o avanço teórico metodológico do Serviço Social alinhado a um projeto de Universidade democrática e cidadã.

1 – Por uma Universidade democrática, plural, pública e de qualidade

A Universidade Pública é constantemente atacada por setores conservadores da sociedade e da classe política do país, por ser considerada muito “permissiva” e locus de “perversões”. É desidratada pelos constantes cortes orçamentários dos governos estaduais e federal e difamada por setores econômicos que buscam, na narrativa da sua falência, a mercantilização do acesso ao conhecimento, através da privatização do ensino superior, aliada a um processo de formação profissional tecnicista que apenas prepara mão-de-obra para atender as necessidades do mercado.

Mesmo inserida nesse trágico contexto de desvalorização pelos detentores do poder político e econômico, as Universidades Públicas, embora não possam ser concebidas longe das contraditoriedades nas quais se inserem, ainda resistem e se configuram como um dos poucos redutos democráticos onde é possível o exercício da liberdade de expressões, da pluralidade das ideias e das diversidades das existências.

Ora, a universidade pública resguarda em si dimensões contraditórias, tanto de espaço público e de liberdade, como também de locus de reprodução social da ordem capitalista, através da ideologia, controle e disciplina, no entanto, a universidade pública é ainda uma das poucas instituições em que o potencial cultural crítico, criativo e contestador pode se manifestar. (OLIVEIRA, 2010, p. 119)

Sendo assim, a Universidade pode se colocar socialmente de modo a reforçar posicionamentos autoritários na forma de se relacionar com a comunidade acadêmica, reproduzindo a violência simbólica próprias das instituições escolares e refoçando uma socialização de subalternização e domesticação iniciada por outras instituições sociais.

A escola opera a violência simbólica na medida em que reforça o habitus primário, ou seja, a socialização familiar que, entre outras tarefas, repassa o capital cultural de classe daqueles destinados a ocuparem posições médias e altas na hierarquia social. Além disso, ao excluir, selecionar e manter por mais alguns anos nos bancos escolares alguns representantes dos estratos dominados, a escola garante a credibilidade da ideologia do mérito e contribui para a reposição dos estratos domesticados dos dominados” (ZALUAR, 2015, p. 4)

Por outro lado, urge no contexto atual, mais do que nunca, resgatar a concepção de uma Universidade aliada aos princípios democráticos, que se posicione a favor da defesa dos direitos constitucionais, às liberdades individuais e coletivas. Que tenha coragem se discutir o desmonte dos direitos trabalhistas, previdenciários, a precarização dos serviços públicos. Que seja espaço de produção e socialização de conhecimentos e que esteja aberta às demandas da comunidade, buscando construir

possibilidades de inclusão social, cultural e política dos segmentos mais excluídos da sociedade (indígenas, quilombolas, população negra, LGBTQI+, dentre outros segmentos sociais).

É fundamental a compreensão de que a universidade, enquanto instituição social, está inserida no complexo de relações sociais que esta belecem a dinâmica da sociedade e, de tal modo, se insere no conjunto de relações entre sociedade e Estado. Dessa maneira, a universidade adquire características e formas peculiares ao contexto sócio-histórico, assim como reflete o embate e a correlação de forças entre os projetos societários que sobre ela incidem ao longo da sua conformação. (OLIVEIRA, 2010, p. 117)

Sem perder de vista que a disputa entre projetos societários também se faz no interior das universidades públicas e que posturas neoliberais, autoritárias e cerceadoras de direitos aparecem no cotidiano institucional, expressas na defesa do Estado Mínimo, da meritocracia, do machismo e racismo institucional, da LGBTfobia, da transfobia e de tantas outras expressões de violências. Esses elementos demonstram o quanto é fundamental discutirmos de que forma essas questões aparecem na formação profissional dos acadêmicos e, as possibilidades de desconstrução dessas narrativas, legitimadas na sociedade atual.

Partimos do pressuposto de que extensão universitária, é uma atividade essencial para ampliar o olhar dos acadêmicos e docentes de diferentes cursos inseridos nas Universidades sobre a sociedade, suas contradições e desigualdades, alimentando a atitude investigativa e propiciando condições para um ensino crítico e propositivo. Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras “Assim a extensão deve ser realizada considerando o compromisso social da Universidade enquanto instituição pública empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, devendo ser realizada preferencialmente em articulação com as administrações públicas.” (FORPROEX, 2001, p. 25)

A extensão universitária pensada como um elo de ligação entre a academia e a sociedade possibilita um processo de conhecimento ampliado e o compartilhamento de experiências, para além das vivências pessoais trazidas pelos acadêmicos anteriormente a sua inserção na Universidade. Assim como permite aos docentes emergirem em contextos sociais, políticos e culturais muito diferentes dos quais possam estar inseridos, promovendo o encontro, o diálogo e a relação de respeito a diversidade de formas e expressões da existência humana.

O fio que tece a extensão é, para nós, o homem, a mulher, a criança, os sujeitos de história. Não existe atividade extensionista sem o diálogo com o outro, com sua cultura, com suas redes de conhecimento. Nesse sentido, a extensão universitária promove o encontro das diferenças culturais existentes na sociedade. Conhecimento científico e acadêmico, saber notório, saberes do cotidiano sintetizam, em uma perspectiva inter e transdisciplinar, um processo que só é possível na relação dentro fora da universidade (SILVA, 2017, p. 1).

Internamente o convívio com diferentes áreas do conhecimento, propiciado por vivências interdisciplinares, necessárias à leitura das múltiplas determinações que incidem sobre as demandas que são objetos da atuação extensionista, é essencial para uma mudança de perspectiva na formação profissional. “A ação extensionista, interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promove a produção do conhecimento de forma integrada.” (FORPROEX, 2001, p. 25).

Assim, se faz necessário conceituar essa importante atividade de formação profissional no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Para tanto, partimos da concepção da Política Nacional de Extensão entendendo que a “Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico

e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 28).

Sendo, portanto, uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa que irá impactar profundamente na formação crítica dos estudantes e nas mudanças tanto nas instituições de ensino superior, como nas comunidades onde os programas, projetos e ações extensionistas se desenvolvem. Marcada por diretrizes como a interação dialógica do mundo acadêmico com a sociedade, em uma relação de troca de saberes com todos os atores sociais envolvidos; a convivência interdisciplinaridade como condição para a ampliação de conhecimento e de uma intervenção coerente com as demandas das comunidades, além de outras diretrizes destacadas no artigo 6º. da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da Educação:

I- a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II- o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III- a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV- a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V- o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI- o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII- a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. (BRASIL, Ministério da Educação, 2018)

Essa mesma normativa nacional aparece como um grande avanço na valorização dessa atividade no âmbito das Instituições de Ensino Superior, trazendo o desafio da curricularização da extensão⁷, que é um processo de integração das atividades extensionistas na estrutura curricular dos cursos de graduação⁸, promovendo a necessária indissociabilidade entre as atividades essenciais à formação

⁷Segundo o artigo 4º. da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da Educação “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, Ministério da Educação, 2018)

⁸“As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também apontam no parágrafo único do artigo segundo, em que os cursos de Pós-Graduação de acordo com seu Projeto Político Pedagógico podem fazer a inserção da extensão no currículo.” (SILVA, 2019, p. 9)

profissional nas diferentes áreas do conhecimento.

A partir dessa breve contextualização trataremos a análise da importância da extensão universitária para a formação profissional do Serviço Social, a partir da vivência concreta da atividade extensionista por professores e acadêmicos em um Programa de Extensão Universitária que completa nesse ano, 25 anos de existência na Universidade Estadual de Ponta Grossa: Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA).

Também destacaremos o processo de assessoria realizado pela equipe do NEPIA às instituições que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, explicitando, a partir da fala dos atores envolvidos, o impacto da extensão no fortalecimento e articulação da rede de proteção à população infantojuvenil nos municípios da Região dos Campos Gerais⁹ nos quais o Núcleo desenvolve suas ações de extensão.

2 – A formação profissional do Serviço Social e os processos de assessoria e consultoria

A extensão pode ser considerada a atividade mais completas na formação profissional, pois ela tem a capacidade de congrega o ensino de forma bastante concreta e de motivar a pesquisa, dada a necessidade de conhecimento da realidade na qual se pretende intervir. É uma atividade desafiadora, instigante e apaixonante, que contribui para uma formação universitária socialmente responsável e consciente das complexas demandas societárias.

Nesse contexto, pensar a formação do assistente social e discutir a vivência de atividades de assessoria /consultoria via projetos de extensão, é dar organicidade e coerência a processos interdependentes que, em conjunto se constituem em uma síntese necessária à construção de um projeto de formação profissional no contexto da universidade pública.

Assim, compreendemos que a atividade de assessoria pode e deve ser valorizada, principalmente no âmbito da universidade pública, onde se efetiva na articulação entre ensino, pesquisa e extensão (...), possibilitando, assim, a formação de um profissional que, para além de consciente e comprometido ética e politicamente, é capaz de realizar seu potencial crítico, criativo e propositivo. (OLIVEIRA, 2010, p. 123)

A concepção de formação profissional, fruto de um longo processo de construção histórica, que busca romper com formas tradicionais e tecnicistas do “fazer profissional” no Serviço Social, encontra-se atualmente balizada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e que reforça o perfil do assistente social como aquele profissional com:

(...) capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 1996, p. 02-03).

Também a Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 do Ministério de Educação que aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social brasileiros destaca no campo das compe-

⁹ Arapoti, Carambeí, Castro, Imbau, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaiva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania

tências do Serviço Social as atividades da assessoria e consultoria “(...) a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 2002), sendo reconhecidas também como atribuição privativa pela Lei da Regulamentação da profissão do assistente social (Lei No. 8.662/1993), quando se referem a questões que se configuram como matéria do Serviço Social.

A prática de assessoria no Serviço Social, embora se faça presente desde a década de 1970 na profissão, como uma estratégia de atuação que visava à superação da tricotomia de intervenção, à época, no Serviço Social de caso, grupo e comunidade e, posteriormente sendo registrada por Balbina Otonni nos anos de 1980 nos campos de estágio junto a movimentos sociais, é no contexto pós-abertura democrática que a temática da assessoria na profissão ganha destaque. A partir da Constituição Federal de 1988 e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, importantes experiências de assessoria para a implementação das políticas públicas previstas nessas normativas legais e foram desenvolvidas tanto para gestores como para conselhos, movimentos sociais e organizações governamentais e não-governamentais. (MATTOS, 2009)

Segundo o autor, na década seguinte começam a aparecer produções teóricas que relatam experiências universitárias de assessoria e consultoria do Serviço Social junto a comunidades, movimentos sociais ou entidades de trabalhadores, destacando-se a extensão universitária como a atividade articuladora dessas práticas.

Nesse sentido desde a sua origem, contatamos que,

A atividade de assessoria no Serviço Social, estando vinculada ao projeto de formação profissional e à função social da universidade, ao articular e potencializar o tripé ensino, pesquisa e extensão, pode contribuir tanto na formação do assistente social — de acordo com o perfil demandado pelo projeto ético-político — como num fazer profissional qualificado e comprometido com as reais necessidades da população usuária, e ainda na ação transformadora da universidade em relação à sociedade, a partir da relação estabelecida com ela. (OLIVEIRA, 2010, p. 123)

Como dissemos anteriormente a prática de assessoria/consultoria vinculada às atividades extensionistas e a uma concepção de universidade democrática, plural e pública contribui de maneira significativa para a formação de assistentes sociais críticos e comprometidos com as demandas da população. Respalhada no Projeto ético-político da profissional que busca a construção de uma nova ordem societária, sem discriminação, injustiças e opressões de qualquer natureza.

Entendemos que a discussão da assessoria no âmbito do Serviço Social e da universidade se relaciona diretamente com uma determinada concepção de formação profissional, assim como de universidade, e que tem como um dos seus pilares a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (OLIVEIRA, 2010, p. 116)

Nesse sentido entendemos a assessoria como “(...) aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade.” (MATOS, apud Matos, 2009, p.6). A intencionalidade presente nos processos de assessoria se reflete no comprometimento ético-político do Serviço Social com a alteração das condições objetivas de vida da população e com a necessária busca da defesa dos direitos humanos e da justiça social para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, ampliando as possibilidades de inclusão social através da implementação de políticas públicas de caráter universal.

E, para que isso se materialize é essencial uma formação profissional sólida¹⁰ que garanta condições para que acadêmicos e docentes vivenciem concretamente situações práticas que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à prática profissional do Serviço Social.

Num processo que exige conhecimento acumulado e conhecimento da realidade trabalhada, destaca-se o papel da universidade, fundamental, não só na formação dos assessores, mas na realização da própria assessoria aos assistentes sociais e demais sujeitos sociais e coletivos, na medida em que conta com pessoal qualificado. O fato de o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro ter se consolidado no espaço da universidade reclama sua participação na busca do Serviço Social necessário a este projeto de profissão; com destaque para a universidade pública. (VASCONCELOS, 2010, p. 15)

A partir das produções de Mattos (2006, 2009 e 2010) podemos identificar que o Serviço Social historicamente tem desenvolvido práticas profissionais de assessorias e consultorias¹¹ em várias frentes de trabalho como: a) assessoria dos assistentes sociais aos profissionais da mesma profissão na perspectiva de formação continuada através de atividades extensionistas e outras formas de intervenção; b) assessoria aos gestores das políticas sociais, instituições privadas e filantrópicas; c) assessoria aos conselhos tutelares, conselhos de direitos; d) assessoria à profissionais com outras formações acadêmicas que atuam com as expressões da questão social; e) assessoria aos movimentos sociais e instituições representativas de classes; f) Assessoria à organização política dos usuários no sentido de fortalecimento das demandas coletivas dos movimentos sociais.

Nesses processos a relação estabelecida entre assessores/consultores e profissionais, longe de repetir o modelo tradicional pautado numa relação hierarquizada e de subordinação, comum não só na docência, mas na prestação de serviços assistenciais, reclama uma participação efetiva de todos os envolvidos. (VASCONCELOS, 1998, p. 126)

Partindo da premissa de que é necessário romper com a tradicional forma de interação entre os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, assim como nos processos de assessoria comunitárias, resgatamos as inesquecíveis lições do saudoso Paulo Freire (1983) que sempre reforçou a necessidade de construção de espaços educativos dialógicos, cooperativos e participativos para que a educação se torne uma efetiva prática libertadora e transformadora. “A educação é comunicação é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p. 46)

Nesse momento buscaremos destacar a prática de assessoria realizada por docentes e acadêmicos de Serviço Social através das atividades do Núcleo de Estudo, Pesquisas, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) que é um Programa de Extensão Universitária que teve sua origem em 1996 e congregou inúmeros projetos de extensão ao longo dos seus 25 anos de existência na UEPG, como: Polo de Prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no muni-

¹⁰ “Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS apud Matos, 2009, p. 06)

¹¹ “A distinção entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir.” (MATOS, 2009, p. 6). Dessa forma, a consultoria, embora muitas vezes é tratada como sinônimo de assessoria se diferencia desta, pelo estágio em que se encontra aquele que demanda o processo de assessoria ou consultoria. “Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria, é necessário que já tenha passado, ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo” (VASCONCELOS, 1998, p. 128).

cípio de Ponta Grossa – PR¹²; Assessoria ao Programa Estadual de Capacitação Permanente na área da infância e adolescência¹³; Tecendo as Redes de Proteção às crianças e adolescentes em situação de violências¹⁴; Fortalecimento do SGDCA¹⁵; Assessoria à implantação do Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência no HURCG/UEPG¹⁶; Apoio sociofamiliar aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo¹⁷, dentre outros.

Em 2021 o NEPIA desenvolve os seguintes Projetos de Extensão: a) Assessoria e apoio a aplicabilidade do direito a profissionalização e proteção ao trabalho em conformidade ao ECA; b) Assessoria à CE-VES na implantação do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes.

3 - A importância da extensão universitária na formação profissional do Serviço Social

O NEPIA se consolidou como um importante espaço interdisciplinar¹⁸ de formação profissional coordenado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes tanto na área de abrangência da Universidade, composta pelos municípios da região dos Campos Gerais, como em Programas e Projetos Estaduais ligados ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

“O Projeto entende a importância do trabalho interdisciplinar e em Rede, bem como, a capacitação de todos os profissionais que trabalham com a criança e o adolescente. Neste sentido, busca através de capacitações, eventos, assessorias e oficinas operacionalizar as ações, e, para isto, faz-se necessário sempre capacitações internas dos integrantes. Estas têm sido, particularmente, uma fonte enriquecedora de conhecimentos, permitindo um olhar muito mais abrangente e sensível para a área infanto-juvenil e contribuindo para a

¹² Projeto desenvolvido nos anos de 2000-2002 junto as escolas municipais e estaduais que visava a capacitação dos professores para identificação dos sinais de violência doméstica em crianças e adolescentes no contexto escolar. Também busca orientar a comunidade escolar sobre as formas de encaminhamento dos casos identificados.

¹³ Projeto desenvolvido no período de 2000 a 2005 com vistas a assessorar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente na organização um Programa Estadual de Capacitação para conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos da criança e do adolescente.

¹⁴ O Projeto desenvolvido entre os anos de 2016-2018 teve por objetivos: contribuir com a criação e/ou fortalecimento das redes de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência dos 18 municípios da Região dos Campos Gerais, através de encontros de capacitação.

¹⁵ Os objetivos do Projeto que ocorreu entre 2012-2015 foram: “contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos municípios da região dos Campos Gerais - Paraná. Assessorar a implantação e/ou o fortalecimento de redes municipais de proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais.”

¹⁶ O projeto se desenvolveu no período de 2017-2019 e buscou contribuir com a implantação de serviço de referência para o atendimento às vítimas de violência intrafamiliar no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais/ Ponta Grossa/PR, através da construção e implantação de um Protocolo de atendimento às vítimas de violência e capacitação dos profissionais do hospital para atuarem de forma qualificada no atendimento às vítimas de violência intrafamiliar.

¹⁷ O Projeto buscou no período de 2007-2009 “promover a inclusão social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, através da mobilização dos gestores das políticas básicas e da sociedade, a fim de que fossem proporcionadas condições para a acolhida e manutenção destes adolescentes no convívio familiar e comunitário.”

¹⁸ Ao longo da sua trajetória o Núcleo contou em seus projetos com a participação de acadêmicos e docentes dos cursos de Direito, Pedagogia, Psicologia, Geografia, Serviço Social, Informática, Educação Física e Jornalismo.

formação profissional, pois, é na prática que se operacionaliza a teoria e compreende a realidade juntamente com suas dificuldades, e os conhecimentos adquiridos neste espaço oferecem suporte para intervir nesta área, de modo a compreender a multidimensão do fenômeno.” (acadêmica de Serviço Social, 2014)

Na região dos Campos Gerais trabalha visando contribuir com a construção de políticas interseoriais de enfrentamento das diferentes formas de violências contra crianças e adolescentes (trabalho infantil, abuso e exploração sexual, evasão escolar, etc.). Busca estimular a construção e pactuação coletiva de fluxos e protocolos de atendimentos à população infantojuvenil, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidades em função de violações de direitos. Também promove formações continuadas para os profissionais do SGDCA¹⁹) através de eventos, oficinas e assessorias aos municípios. E articula a formação de comissões municipais e regionais de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.

“O Projeto de Extensão é voltado principalmente aos profissionais que trabalham diretamente com a criança e o adolescente, e através do contato com estes é possível perceber as limitações e dificuldades na atuação profissional, neste sentido, o Projeto busca auxiliar estes profissionais, de modo a reconhecer meios de superar estas dificuldades, assim como, reconhecer seu papel em meio a Rede de Proteção, aprimorar conhecimentos na área e aperfeiçoar a política de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes em seu município. O Projeto de Extensão não se limita as ações propostas, participando também da Comissão Regional de Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual (Ceves) e sendo parceiros em Eventos, realizando palestras e oficinas. (Acadêmica de Serviço Social, 2015)

Em âmbito estadual integra uma rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente com as instituições públicas estaduais de ensino superior, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), Comissão de Direitos Humanos do Poder Legislativo estadual, Comitê Gestor da Escola de Conselhos do Paraná, entre outras comissões, buscando pautar constantemente na agenda das políticas públicas a necessidade de um processo de formação continuada para os atores do SGDCA, qualificando o atendimento, com vistas à Proteção Integral dessa população. Também atua no fortalecimento das instituições organizadas da sociedade civil, buscando contribuir com o exercício do controle social da política da criança e do adolescente.

“O maior desafio para mim no NEPIA foi o trabalho que ele desenvolve juntamente com os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e do adolescente. Pois não conseguia me ver trabalhando com esse público, visto que eles já são profissionais formados, especializados, que estão diariamente ligados com a temática e eu não conseguia me ver nesse local e o que eu poderia contribuir nesse espaço. E esse processo de troca foi de extrema riqueza e de construção do saber acadêmico e o saber profissional. As mediações das professoras foram de fundamental importância, nos confiando, nos formando, nos qualificando, e com isso ampliando nosso conhecimento, permitindo que nos identificasse com o curso e com todo o trabalho, assim como a valorização das qualidades, impulsionando a desenvolver outras.” (Acadêmica de Serviço Social, 2020)

A equipe do NEPIA composta por docentes, acadêmicos e profissionais voluntários que se vincularam às atividades extensionistas para continuar sua formação profissional, vivencia todas as

¹⁹ “Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.” (CONANDA, 2006)

etapas do processo de assessoria aos grupos e profissionais. Os acadêmicos participam desde o diagnóstico da situação demandada de forma imediata para a Universidade, até o desvelamento das questões não perceptíveis a equipe de assessoria no primeiro momento. Passando pelo processo de planejamento, construção e análise de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas e da prática desenvolvida. Também realizam pesquisas, sistematização de dados coletados, elaboração de planos, programas e projetos, coordenação de reuniões, dentre outras atividades inerentes a assessoria desenvolvida pelo Serviço Social. De modo a garantir uma formação profissional consistente.

assegurar um perfil profissional nessa direção exige a manutenção de um processo de formação profissional contínuo objetivando garantir uma prática planejada e avaliada nas suas consequências, partindo de uma graduação que assegure a qualificação para uma ação localizada, com base na compreensão estrutural da problemática focalizada, com garantia da capacitação dos profissionais já formados, o que requer uma relação necessária, sistemática e continuada, entre academia e meio profissional, com destaque para as universidades públicas. (VASCONCELOS, 2010, p.16)

As atividades propostas permitem a interlocução com diferentes atores sociais com formações e visões diversas sobre a realidade e a melhor forma de intervir nas expressões da questão social. Esse compartilhar de saberes necessários à compreensão da realidade social vivenciada pelos profissionais e grupos sociais, inclui também os conhecimentos advindos do senso comum, tendo em vista que:

O senso comum é um fundo de evidências compartilhadas por todos que garante, nos limites de um universo social, um consenso primordial sobre o sentido do mundo, um conjunto de lugares comuns (em sentido amplo), tacitamente aceitos, que tornam possíveis o confronto, o diálogo, a concorrência, até mesmo o conflito, e entre os quais cumpre dar um lugar a parte aos princípios de classificação, tais como as grandes oposições que estruturam a percepção do mundo.” (BOURDIEU, 2001, p. 118)

Dessa forma, a inserção ativa dos acadêmicos nas reuniões de assessoria, onde a opinião de cada um é respeitada e sua vocalização é estimulada, em uma relação horizontalizada, para que se explicitem as emoções, os valores e as crenças contidas nas diferentes percepções de mundo. Nesse movimento, o exercício da criatividade a partir das múltiplas possibilidades de análises e de intervenções sociais geram um sentimento de valorização, de pertencimento ao trabalho realizado e de corresponsabilidade com a atividade de assessoria e com os objetivos pactuados com os grupos assessorados.

“Temos a liberdade de desenvolver projetos juntamente com os acadêmicos participantes e sua vivência prática condiz com a teoria ministrada em sala de aula, e vem correspondendo a realidade da população. Uns dos métodos usados dentro do projeto são os eventos que possibilitam a presença de profissionais, acadêmicos e membros da sociedade civil para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes etc. Também são desenvolvidos projetos de capacitação na região de Ponta Grossa e no município dentro das escolas públicas com professores, capacitação com os conselheiros, fortalecimento de vínculos com os profissionais de diversas áreas para debater sobre os direitos da criança e adolescente. Através dos projetos, capacitações entre outros atuamos de forma propositiva na comunidade e municípios, procurando sempre fortalecer o direito das crianças e adolescentes.” (acadêmica de Serviço Social, 2013)

No que se refere a formação acadêmica dos alunos de Serviço Social, a vinculação com a extensão universitária, aliada aos processos de assessoria e consultoria, contribuíram com a diminuição da distância entre os conteúdos “abstratos” adquiridos em sala de aula e a materialização dos mesmos na vivência do exercício da prática profissional. Superando a crença na falsa dicotomia entre teoria e prática.

“O projeto de extensão me deu suporte técnico para enfrentar as mais diversas questões e dificuldades, adquirir experiência além do que a as aulas da academia me dariam. Tendo como exemplo: organização de eventos, capacitações, acessórias, consultorias, elaboração de planos para enfrentamento de violência, entre outros. O projeto de extensão me proporcionou contato com a comunidade, com os municípios atendidos pelo projeto, o que permitiu que eu colocasse em prática o conhecimento que obtenho em sala de aula.” (acadêmica de Serviço Social, 2012)

“O projeto possibilitou a integração da teoria e a prática, através de conhecimentos e troca de saberes adquiridos durante reuniões, eventos, oficinas, entre outros. Foram os eventos e oficinas realizadas em torno dos direitos da criança e adolescente, as capacitações e construções de planos municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. A assessoria na construção de fluxos de atendimento na rede de proteção e a capacitação dos profissionais para atuarem de forma qualificada nesta rede de proteção às crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social. Através dos docentes aprendemos bastante, estes no decorrer do projeto vieram colaborando para uma formação mais ampla, através de repasse de conhecimentos, relatos de experiências, troca de saberes, que foram agregando novos conhecimentos e com isso, contribuindo para formação profissional.” (acadêmica de Serviço Social, 2016)

“A extensão universitária para mim é fundamental no processo de formação do acadêmico, principalmente para o acadêmico de Serviço Social, porque nos proporciona dimensionar o quão vinculado está a teoria à prática. Estar em contato diretamente com a comunidade e com profissionais, nos possibilita estar além dos muros da universidade.” (acadêmica de Serviço Social, 2020)

Como pudemos observar nas falas das acadêmicas extensionistas, “É inegável a importância da Extensão enquanto articuladora da relação teoria-prática tão desejada pelos educadores de qualquer área de ensino da Universidade.” (LAVORATTI; WAMBIER, 2002, p. 66). Dessa forma, acreditamos o exercício das competências e habilidades necessárias à prática profissional do Serviço Social - sendo uma delas a assessoria e consultoria – vivenciados através da extensão universitária, contribui de maneira significativa para a qualidade da formação profissional dos assistentes sociais.

Na relação dialética estabelecida entre a formação e o exercício profissional ao referencial teórico-metodológico crítico, é que a assessoria se desdobra tanto em um campo profissional como em uma estratégia de enfrentamento da questão teoria-prática, se constituindo em uma possibilidade de efetivação do projeto ético-político da profissão. (OLIVEIRA, 2010, p. 134)

Também não poderíamos deixar de ressaltar que o processo de creditação das atividades extensionistas nos currículos dos cursos de Graduação possibilitará a inserção de acadêmicos de cursos que historicamente não têm uma vivência de práticas extensionistas, em projetos interdisciplinares.

É necessário enfatizar que a Extensão exige dos envolvidos um esforço no repensar das práticas educativas dentro e fora das salas de aula, e dos posicionamentos educativos quer seja com alunos, agricultores, mulheres, crianças ou jovens. Este repensar obriga a desafiar o medo de romper muitas vezes com as certezas pregadas pelo rigor da Ciência e exige uma abertura para o novo, para o senso comum, para a experiência cotidiana, para os saberes que a todo o momento estão sendo produzidos fora dos muros da Universidade e que também são saberes necessários ao desenrolar da vida humana (LAVORATTI; WAMBIER, 2002, p. 66)

O pode trazer modificações interessantes na forma desses sujeitos se colocarem diante do mundo e das demandas da sociedade, incidindo inclusive nas revisões curriculares e nas metodologias de ensino, a partir das descobertas possíveis que a abertura de espaços de interlocução com novos

sujeitos sociais possa trazer.

3- O impacto das atividades extensionistas e de assessoria no SGDCA

A extensão universitária e os processos de assessorias desencadeados pelo NEPIA, propiciaram momentos de reflexão sobre as demandas dos municípios, incentivando a construção de diagnósticos, o conhecimento das demandas locais e estratégias de mobilização da rede de proteção para subsidiar ações de enfrentamento às violências contra a população infantojuvenil.

“Além do referencial teórico e metodológico, a possibilidade de sistematizar dados relativos à nossa realidade em conjunto com a rede, foi fundamental.” (assistente social da Secretaria de Educação do município de Palmeira/PR, 2014).

“[O Projeto] mostra-se muito necessário para a nossa realidade municipal, momentos que proporcionam a discussão e atenção à questão da violência.” (assistente social da Secretaria de Assistência Social do município de Ipiranga/PR, 2015).

Podemos observar na fala dos agentes públicos que trabalham com o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes o quanto as atividades extensionistas expressas nos processos de assessoria e consultoria contribuíram com a reflexão sobre a realidade dos municípios, com o planejamento e organização de novas formas de intervenção social.

É no processo de planejamento, execução e avaliação de estratégias e ações que o assistente social vai se formando/transformando num “recurso vivo”, cada vez mais qualificado. Construindo e consolidando a sistematização, a análise, a crítica e a avaliação da sua prática e fortalecendo seus princípios, seus valores, seus compromissos, seus objetivos... Ao mesmo tempo, vai assegurando o acesso e a ampliação dos direitos e favorecendo a mobilização, a organização, para além das lutas corporativas, e o controle dos cidadãos sobre o Estado — o controle social. (VASCONCELOS, 2010, p. 14)

As assessorias realizadas pelos extensionistas além de estimular o controle social da política de atenção à criança e ao adolescente, também buscaram fortalecer a atuação dos profissionais que integravam o SGDCA em outros eixos estratégicos (Promoção e Defesa do Direitos de crianças e adolescentes).

Através da formação continuada e intersetorial, incentiva a continuidade das ações formativas para além do tempo de duração dos projetos de extensão, o que resultou em iniciativas importantes nos municípios. Exemplo disso foi o município de Telêmaco Borba que, a partir da participação nos Projetos de Extensão do NEPIA nos anos de 2013 e 2014, construiu uma proposta de formação regionalizada, vinculada à secretaria de saúde do município. Em 2015, em parceria com o Hospital Pequeno Príncipe (Curitiba) o município passa a articular ações regionalizadas de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, com os municípios do seu entorno (Imbaú e Ortigueira).

“[As atividades] subsidiaram inclusive que pudéssemos desenvolver novas iniciativas no município, como cursos de capacitação e o fortalecimento da interlocução dos agentes da rede de enfrentamento a violência.” (assistente social da Secretaria de Saúde do município de – Telêmaco Borba/PR, 2015).

Os depoimentos dos profissionais confirmam nossa percepção inicial de que a articulação entre extensão no contexto de uma universidade pública que preza pela formação crítica e cidadã, possi-

bilita a operacionalização de processos de assessoria e consultoria, que articulem e fortaleçam as instituições do SGDCA. Ao mesmo tempo em que preparam futuros profissionais para o exercício do Serviço Social comprometidos com a efetivação do projeto ético-político da profissão.

“As atividades contribuíram para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e o enfrentamento as situações de violência contra crianças e adolescentes, capacitando profissionais e mobilizando para uma atuação em rede junto aos municípios da região de Ponta Grossa. (...) o processo de assessoramento e mobilização dos municípios no enfrentamento as situações de crianças e adolescentes vítimas de violência.” (assistente social, diretora do Escritório Regional da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Ponta Grossa/PR, 2016).

O desdobramento das assessorias realizadas pelo NEPIA além de contribuírem de forma imediata com a formação continuada dos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento e dos atores do SGDCA, também desencadearam um processo de mobilização regional e estadual em torno da defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Qualificando a atuação dos profissionais nos espaços deliberativos e consultivos de políticas públicas, cumprindo com uma das finalidades da universidade pública que é a produção e socialização de conhecimentos que contribuam com o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Quanto aos conflitos existentes no trabalho interdisciplinar e na articulação de práticas inter-setoriais e interinstitucionais propiciadas pela extensão, estes não possuem uma conotação negativa para a equipe do NEPIA, mas são tratados como inerente as interações humanas. Portanto, são gerenciados estrategicamente, de forma a utilizá-los para o crescimento/amadurecimento das decisões tomadas coletivamente pelos grupos assessorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Serviço Social desde sua criação em 1973 na Universidade Estadual de Ponta Grossa tem buscado aliar o seu projeto de formação profissional a um projeto que valorize uma ideia de Universidade solidária e cidadã, próxima da sociedade e de suas demandas. A extensão universitária sempre esteve presente no projeto de formação profissional do Serviço Social da UEPG e se mostrou como um diferencial na trajetória desse curso com sua inserção nas comunidades paranaense.

Então, pensar a extensão na Universidade Estadual de Ponta Grossa é lembrar dos docentes e acadêmicos de Serviço Social, quer seja por estes terem sido precursores nas atividades extensionistas desde a década de 1970 no CRUTAC (Centro de Treinamento Rural e Ações Comunitárias), nas comunidades periféricas do município de Ponta Grossa e nos municípios mais vulneráveis da Região dos Campos Gerais. Ou ainda pela atuação dos professores na construção da política institucional de extensão. Também pela participação ativa dos docentes e acadêmicos em eventos onde se construíam estratégias coletivas para a valorização da extensão na instituição.

O projeto de formação profissional do Serviço Social historicamente concebeu a extensão como atividade essencial para aproximar a universidade da comunidade e para inserir seus alunos em campos de estágio privilegiados, que propiciassem a vivência dialógica, integrando todas as dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

No que se refere ao trabalho de assessoria desenvolvido através da extensão universitária, essa se configura como importantes momentos de encontro e construção coletiva entre sujeitos sociais, que possuem vivências e saberes diferenciados (nunca classificados hierarquicamente como supe-

riores ou inferiores). É na abertura para o outro e para o novo que vai se construindo inúmeras possibilidades de intervenções com os sujeitos sociais, tendo como estratégia o estabelecimento de uma postura relacional, onde o cuidado, o afeto, a compreensão e a solidariedade caminham junto com a ciência e com o processo de produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em 30 de ago. de 2021.

APOIO FAMILIAR AOS ADOLESCENTES EGRESSOS DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO DA REGIÃO DE PONTA GROSSA – PR. **Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

ASSESSORIA AO PROGRAMA ESTADUAL DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

ASSESSORIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS. **Relatórios do Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2017-2019.

ASSESSORIA E APOIO A APLICABILIDADE DO DIREITO A PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO EM CONFORMIDADE AO ECA. **Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

ASSESSORIA À CEVES NA IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

BOURDIEU, Pierre, (1930) **Meditações Pascalianas**. tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. 324p.

BRASIL. Ministério da Educação (2002) Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em 20 ago., 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Lei No 8.662, de 7 de junho de 1993**. Lei da Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em 22 ago., 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (2018). Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22 ago., 2021.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução No. 113 de 19 de abril de 2006**. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/resolucao-conanda-no-113-de-19-de-abril-de-2006/>. Acesso em 12 ago., 2021.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – FORSGD. **Relatório Final do Projeto de Extensão**. Ponta Grossa: UEPG, 2015-2017.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão). **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Coleção universitária V.3 , BRASÍLIA 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 23 ago., 2021.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 29 set., 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HERRERA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos.** / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LAVORATTI, C. WAMBIER, J. Programa de Desenvolvimento Global da Região Sul de Itaiacoca, Ponta Grossa, PR. In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira (Regional Sul) **Vinte Anos de SEURS**.1ª. Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

LAVORATTI, C. et all. Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA): um espaço interdisciplinar de formação profissional. In: SCHIMANSKI, E. CAVALCANTE, F. G., (Orgs). **Pesquisa e Extensão: Experiências e Perspectivas Interdisciplinares.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

MATOS, M. C. **Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MATOS M. C. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, A. G. Assessoria e Serviço Social: a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Faculdade de Serviço Social da Uerj. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POLO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Projeto de Extensão.** Ponta Grossa: UEPG, 2002.

SILVA, E. A. Curricularização da extensão: possibilidades e caminhos para implementá-la. **Experiência,** Santa Maria, UFSM, v. 5, n. 1, p. 8-14, jan./jul. 2019.

SILVA, E. A. Editorial. **Revista Conexão UEPG,** v.13, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/10397/5972>. Acesso em: 9 set. 2021.

TECENDO A REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. **Relatório do Projeto de Extensão.** Ponta Grossa: UEPG, 2016.

VASCONCELOS, A. M. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/ consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 56, 1998.

VASCONCELOS, A. M. Prefácio. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZALUAR, A. **O contexto social e institucional da violência.** NUPEVI/IMS/UERJ. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1324993484_A%20SOCIOLOGIA%20DA%20PUNI%C3%87%C3%83O%20-%20ALBA%20ZALUAR.pdf. Acessado em 12 maio, 2021.